

ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: identificação e o desenvolvimento nos anos iniciais da educação básica

Aliny Duarte de Oliveira¹

Vinicius Novais Gonçalves de Andrade²

RESUMO: O trabalho tenciona entender e caracterizar as crianças com altas habilidades/superdotação (AH/SD) relacionando sobre quais são os desafios de trabalhar com estes alunos nos anos iniciais da Educação Básica. O artigo foi construído sob uma base de pesquisa de revisão narrativa, que assumiu os seguintes autores como centrais: Alencar e Fleith (2001), Brasil (2001), Branco et al (2017), Mello (2014), Nunes (2013), Piaget (1973) e Silva et al. (2016).

Os resultados indicam que os alunos com (AH/SD) possuem como característica principal a aceleração cognitiva, o que faz com que sejam muitas vezes mal compreendidos nos ambientes escolares. Entende-se que para trabalhar de forma positiva com estes alunos, os professores devem estar em busca constante pelo conhecimento e a formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia. Educação Infantil. Altas Habilidades. Superdotação.

INTRODUÇÃO

Conforme o guia de saberes e práticas à inclusão (BRASIL, 2006), voltado para o trabalho com os alunos que portam altas habilidades/superdotação (AH/SD), estas crianças são caracterizadas como sujeitos precoces, são capazes de ir muito além, em alguns casos sem auxílio, do que as mesmas pessoas de sua faixa etária. Elas podem desenvolver algumas de suas potencialidades em praticamente todos os espaços sociais, dentro e fora do setor educacional. De acordo com Brasil (2006):

De modo geral, a superdotação se caracteriza pela elevada potencialidade de aptidões, talentos e habilidades, evidenciada no alto desempenho nas diversas áreas de atividade do educando e/ou a ser evidenciada no

¹Acadêmica do 8º período de Pedagogia da Faculdade Alfredo Nasser, no semestre letivo 2019/2.

²Professor Pós Dr. Vinicius Novais Gonçalves de Andrade. Doutor em Psicologia pela PUC Goiás (com período de doutoramento sanduíche na Universidade do Porto na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação). Mestre em Psicologia (PUC Goiás). Psicólogo graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professor na Faculdade Alfredo Nasser e Orientador do trabalho.

desenvolvimento da criança. Contudo, é preciso que haja constância de tais aptidões ao longo do tempo, além de expressivo nível de desempenho na área de superdotação. Registram-se, em muitos casos, a PRECOCIDADE do aparecimento das HABILIDADES e a resistência dos indivíduos aos obstáculos e frustrações existentes no seu desenvolvimento, (BRASIL, 2006, p. 12).

O documento (BRASIL, 2006) relata sobre os desafios de se trabalhar com este perfil de alunos, como por exemplo, manter a atenção dos mesmos, visto que, por ter facilidade e agilidade para compreender determinados assuntos, os alunos com AH/SD tendem a ficar mais dispersos durante as aulas, e ainda, o de maior preocupação, o desenvolvimento da sociabilidade destes alunos. Uma vez que, por conta de seu rápido desenvolvimento, os mesmos acabam tendo dificuldades em se relacionar com crianças de sua faixa etária por estar de certa forma, a frente do desenvolvimento cognitivo deles.

Capellini et al. (2017) corrobora com tal afirmativa e complementa, explicando que, ainda há a necessidade de se criar mais diálogos sobre as altas habilidades/superdotação. Em seus estudos, as autoras Capellini et al. (2017) buscaram desmistificar algumas noções e atribuições não tão corretas acerca dos alunos com AH/SD, como por exemplo, mostrar que os mesmos podem não ser gênios como se pode pensar:

Conceitos como “precoce”, “prodígio” e “gênio” são largamente utilizados pelo senso comum, sobretudo na mídia. A televisão, principalmente, utiliza e amplia seus holofotes quando descobre uma criança assim, como pudemos ver no quadro “Curiosidade sobre criança precoce”. Mas, ao mesmo tempo em que a mídia, de certa forma, “cria” essas crianças, ela também as “destrói”, principalmente quando a precocidade não se confirma em AH/SD e seu então “talento” se assemelha ao desempenho das crianças “normais”. (CAPELLINI; et al. 2017, p. 18).

As autoras Capellini et al. (2017) reforçam o quão necessário é criar mais conteúdos teóricos para que os profissionais da área da educação possam agir de forma correta com estes alunos, ou seja, desenvolver suas potencialidades e demandas de acordo com o que os mesmos precisam. Para isso, estes profissionais também devem buscar conhecimento de forma contínua, para desempenhar sua função de forma a agregar à sociedade.

O estudo tem como objetivo, caracterizar as crianças com altas habilidades/superdotação (AH/SD) relacionando sobre quais são os desafios de trabalhar com estes alunos nos anos iniciais da Educação Básica.

O tema foi escolhido por ser perceptível a necessidade de fazer com que os alunos com altas habilidades/superdotação tenham visibilidade no âmbito escolar e que possam ter suas necessidades atendidas. É necessário esclarecer que tais crianças necessitam de apoio, seguido de intervenções para que possam alcançar o máximo de seus potenciais.

O ambiente escolar deve ser adaptado de acordo com as especificidades dos alunos que lá frequentam, pois a atuação docente “[...] pode afetar profundamente o comportamento dos alunos em sala de aula, simplesmente ao criar um ambiente em que as necessidades individuais são reconhecidas e atendidas durante todo o dia escolar”, (ARMSTRONG, 2001, p.110).

Faz-se necessário abordar tal tema, pois a criança com AH/SD, se não valorizada e estimulada, tende a ter um rendimento abaixo do esperado. A comunidade escolar, juntamente com os pais destes alunos, deve ter um olhar mais atento para auxiliá-los neste processo, que geralmente é enfrentado por eles de maneira a se afastar dos demais, pois o “mundinho” criado por eles é vivido de forma diferente.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo, foi adotado o método de revisão narrativa, baseada em Enferm (2007), no qual o autor diferencia este modelo de pesquisa por propor uma ampla discussão em seu desenvolvimento acerca de determinado tema.

Para o autor:

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor. (ENFERM, 2007, p. 01).

Conforme relatado pelo autor, para a criação de um novo artigo, este modelo usa de referências de bases científicas, e para a elaboração desta investigação, foram usados como autores centrais: Alencar e Fleith (2001), Brasil (2001), Branco et al (2017), Mello (2014), Nunes (2013), Piaget (1973) e Silva et al. (2016).

A análise destas obras resultou na criação de quatro subseções que compõem o tópico de desenvolvimento, sendo eles: 3.1 - a criança e o seu desenvolvimento cognitivo; 3.2 - altas habilidades/superdotação: características históricas e documentais; 3.3 - o trabalho escolar com o aluno AH/SD; 3.4 - possibilidades para um melhor desenvolvimento dos alunos com AH/SD.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. A criança e o seu desenvolvimento cognitivo

De acordo com o dicionário *online* Priberam (1990), é um sinônimo para descrever a palavra “desenvolvimento” pode ser definida como progresso ou evolução. Já para explicar sobre a palavra cognitivo, o mesmo classifica como intelecto ou racionalidade. Sendo assim, pode-se compreender sobre o desenvolvimento do nosso aspecto cognitivo como um processo de evolução do nosso intelecto.

Para Silva et al. (2016), o que mais intriga quando pensamos no desenvolvimento cognitivo são os aspectos vividos no período da infância. Silva et al. (2016) justificam com base em sua obra, que é durante a nossa fase infantil e juvenil, do 0 aos 12 anos, que nossos cérebros mais se desenvolvem. Segundo Silva et al. (2016):

[...] Esse período caracteriza-se pela capacidade de pensar sobre as variáveis, dispensar o apoio da percepção e da manipulação, formular hipóteses, examinar consequências, trabalhar com o raciocínio lógico, é o estudo mais avançado desse processo de equilíbrio, (SILVA, et al. 2016, p. 05).

Outro detalhe essencial para melhor compreensão do tema dos alunos com altas habilidades/superdotação, segundo as autoras, é que se faz necessário frisar que nem sempre a criança foi vista como um ser pensante. Outro autor que corrobora com Silva et al. (2016) é Ariés (1981). O autor afirma que a infância durante muito tempo, especificamente até meados do século XIII, foi completamente desconsiderada, ou seja, não existia um diálogo ou importância atribuída às suas necessidades. Segundo o autor:

Essa confusão tão inocente, que passava despercebida, era um dos traços mais característicos da antiga sociedade, e também um de seus traços mais persistentes, na medida em que correspondia a algo enraizado na vida. Ela sobreviveria a várias mudanças de estrutura [...] sua resistência aos outros fatores de transformação mental mostra-nos bem que estamos na presença de uma atitude fundamental diante da vida, que foi familiar a uma longa sucessão de gerações, (ARIÉS, 1981, p. 168).

Ariés (1981), ainda explica que, após a descoberta deste período da infância na vida das crianças, outra questão mais delicada surgiu, sendo ela a idealização da criança como um ser completamente frágil, incapaz e sem nenhuma autonomia. Esta drástica mudança pode ser considerada como um dos precursores principais para a falta de conteúdos científicos para este grupo populacional.

De acordo com Nunes (2013), a ideia de que as crianças possuíam um sistema cognitivo, e com isso pensavam e interagem com o seu meio, surge apenas por volta de 1839, através das contribuições de Charles Darwin, que a partir da análise do comportamento de seu filho, percebeu que o mesmo se desenvolvia de acordo com a realidade na qual estava inserido. Nunes (2013) segue afirmando que este fato foi o pontapé inicial para Darwin buscar compreender o desenvolvimento cognitivo de outras crianças. Com isso, o autor conclui:

As crianças têm características próprias, necessidades e possibilidades ilimitadas para desenvolver. Cada momento constitui-se em possibilidades de vivências, buscas, experimentação e descobertas [...] Como, por exemplo, a Reação Primária que acontece do 1º mês de vida até o 4º mês, a criança apresenta expressões corporais, como colocando o pé na boca. Em um segundo momento, na Reação Secundária, do 5º mês até o 9º mês, desperta ações com os objetos e relacionamento com o meio ambiente. Na Reação Terciária, do 12º mês até o 18º mês há exploração das potencialidades, (NUNES, 2013, p. 01-02).

Nunes (2013), classifica e divide este desenvolvimento na infância como sensorial e representativo. O desenvolvimento cognitivo sensorial trata a respeito dos estímulos mentais gerados pelos sentidos mais básicos do ser humano, ou seja, a audição, a visão, olfato, tato e paladar. Assim sendo, uma das formas do desenvolvimento cognitivo da infância se baseia no sentir, e isto nos traz neste período, as informações necessárias para interagir com o mundo ao nosso redor.

Ainda conforme o autor (2013), fica pontuado como a segunda forma de desenvolvimento, o representativo, que ele age com o uso de imagens mentais, onde

através do seu contato com o outro, a criança desenvolve aprendizagem. Por exemplo, ao ver um telefone e/ou celular, levar diretamente à orelha ou à boca e dizer a palavra “alô” como se atendesse a um telefonema.

Um dos principais autores que serviu de base para endossar esta informação de que, de fato, as crianças possuem um desenvolvimento cognitivo é Jean Piaget. Em sua obra “O nascimento da inteligência da criança”, Piaget (1973), explica que “[...] o desenvolvimento da criança implica numa série de estruturas construídas progressivamente”, (PIAGET, 1973, p. 76). O autor (1973), afirma que na infância são vividas etapas que trabalham de forma incessante para haver o desenvolvimento cognitivo, caracterizadas no Quadro 01:

<p>Sensorial- Motor De 0 meses aos 02 anos de idade.</p>	<p>O desenvolvimento cognitivo ocorre através das funções básicas, sensoriais e primitivas da criança, relacionadas a sentir, como por exemplo, a sensação de: <u>fome, sede, frio e calor.</u></p>
<p>Pré- Operatório Dos 02 aos 07 anos de idade.</p>	<p>Neste estágio, o desenvolvimento cognitivo da criança já consegue realizar diferenciações, como por exemplo, o telefone, a mesma já compreende a figura e entende a sua função.</p>
<p>Operatório- Concreto Dos 07 aos 11 anos de idade.</p>	<p>Nesta etapa, o cognitivo da criança passa realizar compreensões fora da zona do seu próprio universo, ou seja, é possível refletir sobre determinadas situações, mas ainda há necessidade de obterem objetos concretos para efetuar tal reflexão.</p>
<p>Operatório- Formal Dos 11 aos 12 anos de idade.</p>	<p>Neste estágio, o “eu” desta criança já passa a se firmar, período onde seus valores e ideais são formados a partir de suas análises sobre o mundo ao seu redor. Consegue agir no mundo sem a necessidade da presença do objeto.</p>

QUADRO 01: Fases do desenvolvimento infantil: Fonte, Piaget (1973, p. 80).

Piaget (1973), reforça que, o desenvolvimento do indivíduo que o leva a se tornar quem é, se estabelece no período da infância de forma processual, ou seja, em etapas. Portanto, compreende-se que para uma boa formação do aspecto cognitivo, todas as etapas ou estágios devem ser respeitados e estimulados a partir de uma ideia de aquisição ou “memória” de esquemas. Sobre tal afirmativa, Piaget (1973) explica:

[...] não se pode falar de aprendizagem ou de aquisição se não há conservação do que é aprendido, e, reciprocamente, não se utiliza o termo “memória” a não ser no caso da conservação de informações de fonte exterior [...] a memória de um esquema não é assim outra coisa senão esse esquema como tal. Pode-se, portanto, a respeito dele evitar falar de “memória”, exceto para fazer do esquema um instrumento da memória, (PIAGET, 1973, p. 214-215).

O autor explica e reforça a questão da singularidade na forma de se aprender e de se desenvolver cognitivamente. Com o desenvolver das áreas educacionais e psicológicas podemos analisar que o cérebro humano é a parte mais singular, e, portanto, que, por mais que existam algumas formas de se basear para estabelecer teoricamente o desenvolvimento cognitivo ou do intelecto, a teoria não consegue captar todas as singularidades do sujeito.

Existem diversos objetos estudados pela Psicologia e Educação, como por exemplo, o desenvolvimento de alunos com Transtorno de Espectro Autista, Síndrome de Down e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Entretanto, um dos aspectos mais curiosos, segundo o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), mostram relação com os alunos com Superdotação/Altas Habilidades. Tal documento descreve estes alunos como:

Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p. 09).

Como o documento apresenta, é reforçado que estes alunos possuem certas facilidades ou então um processo mais acelerado do desenvolvimento cognitivo que outros alunos. Com isso, torna-se um desafio trabalhar com estes de forma a potencializar seu desenvolvimento e aprendizagem de forma positiva. Para isso, faz

necessário que a escola, em especial o professor, busque de forma incessante conhecer sobre as características do desenvolvimento destes alunos, para assim, desempenhar sua função de forma satisfatória.

3.2. ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: características históricas e documentais

De acordo com Martins et al. (2012), uma das melhores formas para descrever os alunos com altas habilidades/ superdotação (AH/SD) é a precocidade. Segundo o dicionário Priberam (1990) o sinônimo que melhor se encaixa a esta definição é o adiantamento.

As crianças com AH/SD (altas habilidades/ superdotação) demonstram estar à frente no desenvolvimento cognitivo estabelecido para a sua idade, fazendo com que muitas vezes, até deixem de se parecer com uma imagem socialmente construída acerca do que vem a ser uma criança. Outra forma de evidenciar as características específicas deste público é estabelecida pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), que afirma:

[...] altas habilidades/superdotação: grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos deve receber desafios suplementares em classe comum, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para concluir, em menor tempo, a série ou etapa escolar, (BRASIL, 2001, p.39).

Este documento (BRASIL, 2001) surge para nortear o trabalho escolar a respeito da educação de alunos com necessidades educativas especiais (NEE). Desta forma, compreende-se então que os alunos com altas habilidades/ superdotação possuem necessidades educativas diferenciadas de alunos considerados socialmente como “comuns”, assim sendo, demandam de um atendimento específico por parte de seus professores.

Branco et al. (2017), ao analisarem as raízes históricas dos alunos com AH/SD, percebem que ainda é considerado recente a “descoberta” e discussão a respeito da existência destes alunos, comparado com outros casos dos segmentos da educação especial, por exemplo, o Autismo, TDAH e Síndrome de Down.

As autoras Branco et al. (2017), explicam, entretanto, que uma particularidade histórica que permanece até a contemporaneidade é uma certa discordância a respeito de como se denominar as particularidades destes alunos. Sobre a origem do termo altas habilidades/ superdotação, Branco et al. (2017) explicam:

A terminologia “super” foi adotada por Leoni Kaseff em 1931, e o referido autor foi o precursor do uso do termo “supernormais”, com o prefixo “super” utilizado na legislação estadual do Rio de Janeiro e na Reforma do Ensino Primário, Profissional e Normal, nas quais se previa a seleção de alunos com AH/SD desde as séries iniciais (BRANCO; et al, 2017, p. 26).

Com a afirmativa de Branco et al. (2017), fica evidente que só se passou a pensar em estudar as crianças com altas habilidades/superdotação no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Somando com o período da atualidade conclui-se que a pauta do assunto possui menos de 90 anos, o que justifica o fato de que esta é uma das necessidades educacionais menos discutidas e ainda com menos propostas de intervenções.

Sobre tal afirmativa, Lima (2008) complementa:

Existem muitos mitos a respeito da superdotação. Culturalmente, destacar um aluno por seu desempenho extraordinário é permitido, mas indicá-lo como uma pessoa com altas habilidades/superdotação entra num campo considerado “proibido” ou “desnecessário”, já que se pensa ser algo tão raro e difícil de ocorrer, (LIMA, 2008, p. 09).

Por mais que em pequena escala, novamente comparando a outras necessidades educativas especiais aqui já pontuadas, pode-se afirmar que surgiram alguns estudos que auxiliam para uma melhor compreensão da AH/SD. Um exemplo aqui também já situado são as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), que em suas 80 páginas de conteúdo destinam apenas algumas delas, cerca de menos de 05, para abordar o assunto, utilizando deste espaço para a descrição desta necessidade, contextualizando a importância da inclusão destes alunos e como se trabalhar com os mesmos. Desta forma, o mesmo documento (BRASIL, 2001) afirma:

a) Organizar os procedimentos de avaliação pedagógica e psicológica de alunos com características de superdotação;

b) Prever a possibilidade de matrícula do aluno em série compatível com seu desempenho escolar, levando em conta, igualmente, sua maturidade sócio emocional;

c) Cumprir a legislação no que se refere:

Ao atendimento suplementar para aprofundar e/ou enriquecer o currículo;

À aceleração/avanço, regulamentados pelos respectivos sistemas de ensino, permitindo, inclusive, a conclusão da Educação Básica em menor tempo;

Ao registro do procedimento adotado em ata da escola e no dossiê do aluno;

d) Incluir, no histórico escolar, as especificações cabíveis;

e) Incluir o atendimento educacional ao superdotado nos projetos pedagógicos e regimentos escolares, inclusive por meio de convênios com instituições de ensino superior e outros segmentos da comunidade.

f) Recomenda-se às escolas de Educação Básica a constituição de parcerias com Instituições de Ensino Superior com vistas à identificação de alunos que apresentem altas habilidades/superdotação, para fins de apoio ao prosseguimento de estudos no ensino médio e ao desenvolvimento de estudos na educação superior, inclusive mediante a oferta de bolsas de estudo, destinando-se tal apoio prioritariamente àqueles alunos que pertençam aos estratos sociais de baixa renda (BRASIL, 2001, p. 49).

Por mais que não seja o objetivo central, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) é o guia principal para que a comunidade escolar possa trabalhar da forma correta com alunos AH/SD. Branco et al. (2017) faz um dos levantamentos de dados mais atuais acerca da existência destes alunos nas redes de ensino do Brasil, e com isso pontua:

No Brasil, há mais de 2,5 milhões (3,5-5%) de alunos com altas habilidades/superdotação (AH/SD) matriculados nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, de acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde (2001). No entanto, a falta de identificação desses alunos, nas escolas, impede a organização de ações voltadas para suas especificidades. (BRANCO et al., 2017, p. 25).

As autoras criticam a falta de ênfase que é dada, tanto pela área da saúde, quanto pela escolar no sentido de tentar compreender as particularidades destes alunos. Branco et al. (2017) explicam que o papel dos professores é essencial para se debater mais sobre a altas habilidades/superdotação.

De acordo com as mesmas, os profissionais da educação devem estar em um processo de quebra constante de suas “comodidades” e ir a fundo e pesquisar sobre todas as particularidades de seu corpo estudantil. Ignorar algo como características precoces apresentados pelos alunos com AH/SD pode ser prejudicial ao desenvolvimento dos mesmos.

3.3. O TRABALHO ESCOLAR COM O ALUNO AH/SD

De acordo com Alencar e Fleith (2001), um dos principais desafios enfrentados pelos professores é o processo de aceleração. A aceleração ocorre quando o aluno cumpre em menos tempo uma determinada etapa escolar. Este procedimento pode ocorrer de várias formas, por exemplo, a admissão precoce na escola. Avançar algumas etapas ou até mesmo fazer em menos tempo, é também uma opção.

É possível também completar dois anos ou mais em um só ano; realizar cursos por correspondência ou obter créditos na universidade através de exames especiais, o que possibilita o “corte” de algumas disciplinas de sua matriz curricular, caso esse aluno não domine determinada área. Tais afirmativas também podem ser encontradas na Lei 9394/96, no capítulo V, Art. 59 da LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional)

II- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

IV- Educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelam capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora, (BRASIL, 1996, p. 17).

Conforme Guenther (2009), quando se aborda a aceleração por meio da admissão precoce na escola, como por exemplo, permitir que uma criança de 5 anos ingresse no 1º ano, é necessário ter uma atenção especial para a maturidade física, social e emocional, para considerar seu nível intelectual, suas motivações e interesses. De modo geral, os resultados destes estudos têm indicado efeitos positivos tanto em termos de desempenho quanto de motivação, especialmente quando estes

alunos são selecionados, considerando-se os aspectos de seu desenvolvimento intelectual, social e físico, e não apenas a superioridade intelectual.

Segundo Alencar e Fleith (2001), permitir o aluno “saltar” de uma determinada etapa para outra, como por exemplo, do 2º ano para o 4º ano, tem sido seriamente criticado. Isto ocorre por não haver continuidade no processo escolar, o que provoca uma falta de conhecimento em determinadas áreas, e faz com que sua assimilação dos conteúdos ministrados nos próximos anos seja prejudicada. Pode também ocorrer uma dificuldade em socialização com crianças mais velhas, que podem vir a rejeitá-lo. Sendo assim, o maior problema verificado nesse processo é a rejeição dos alunos mais velhos ao aluno superdotado. No início da adolescência é comum que se formem grupos fechados, e dificilmente aceitam novos alunos no grupo de amigos.

Quando se percebe que o aluno realmente tem a necessidade de avançar etapas, o que tem sido considerado mais eficaz é permiti-lo que cumpra o programa da série que ele deixará de fazer, durante as férias. Uma forma também eficaz que é praticada é a sua utilização em apenas algumas áreas ou matérias específicas do currículo. Sobre tal prática pedagógica, o Parecer 17/2001 determina o seguinte:

[...] atividades que favoreçam o aproveitamento e o enriquecimento de aspectos curriculares aos alunos que apresentam superdotação, de forma que sejam desenvolvidas suas potencialidades, permitindo ao aluno superdotado concluir em menor tempo a educação básica nos termos do Artigo 24, V, “c”, da LDBEN, (BRASIL, MEC/SEESP, 2001, p. 48-49).

Para Alencar e Fleith (2001), antes do processo de aceleração, alguns fatores devem ser verificados anteriormente, como por exemplo, as habilidades do aluno superdotado e a disposição do professor para adaptar suas aulas a fim de atender as necessidades que uma criança com superdotação requer. Caso o aluno venha a ser transferido, o psicólogo deve avaliar a filosofia e método pedagógico da escola, bem como sua aceitação e programas para superdotados.

Segundo as autoras:

Uma forma de aceleração que se tem mostrado muito vantajosa entre os estudantes mais brilhantes do ensino médio consiste em permitir a esses alunos cursar algumas matérias na universidade, as quais serão aproveitadas e consideradas após seu ingresso nesta instituição de ensino. Tal procedimento tende a aumentar o interesse e o entusiasmo pela aprendizagem. É um processo comum nos Estados Unidos, onde um grande número de universidades o tem adotado com grande sucesso, especialmente

através dos cursos de verão, que não prejudicam o aluno no andamento de suas atividades acadêmicas habituais. (ALENCAR E FLEITH, 2001, p.131).

Portanto, pode-se constatar que a aceleração de fato é um desafio para a rede de ensino, entretanto, um desafio necessário para este público. Dentro deste processo, os professores devem ser ágeis e eficazes para conhecer os sinais ligados às altas habilidades/superdotação em seus alunos, no intuito de evitar atrasos, ou então, até mesmo a paralisação do desenvolvimento da aprendizagem.

3.4. POSSIBILIDADES PARA UM MELHOR DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM AH/SD.

Para se iniciar uma reflexão a respeito de como melhorar o atendimento escolar para os alunos com altas habilidades/superdotação é necessário desconstruir alguns paradigmas sobre as necessidades deste grupo de alunos. Mello (2014) afirma que existe certo preconceito por parte da comunidade escolar a respeito das demandas das crianças com AH/SD, sobre tal afirmativa, a autora explica:

Alguns mitos e crenças são decorrentes de características próprias das Altas Habilidades, outros, de preconceitos socioculturais e/ou ideológicos e mesmo da própria desinformação sobre as Altas Habilidades/Superdotação. Eles atrapalham grandemente a formação de uma identidade própria de educandos com Altas Habilidades/Superdotação e apresentam características distorcidas ou negativas dessas pessoas, (MELLO, 2014, p. 38).

Ao discorrer sobre tais preconceitos, Mello (2014) explica que parte desta intolerância surge da falta de compreensão por parte da sociedade, em especial, o grupo escolar. Ao analisar as relações destes alunos, nota-se que, por parte do grupo da educação inclusiva, suas necessidades acabam sendo minimizadas e isto acontece possivelmente por não serem tão dependentes como os outros de sua categoria (alunos com NEE).

A autora ainda explica que, por parte dos professores, em alguns casos, suas demandas também são em partes negligenciadas. Estes alunos possuem facilidades em boa parte dos conteúdos ministrados e por sentir que não são tão dependentes, estes profissionais tendem a direcionar mais atenção a outros alunos.

Por fim, Mello (2014), ainda relata sobre o entrosamento de outros alunos com as crianças com AH/SD, apontando que em alguns momentos, eles acabam se sentindo excluídos por não se encaixar ou se identificar com o restante da turma. A autora explica que, esta e as outras situações aqui já mencionadas ocorrem pela falta de informação a respeito do tema. Sobre isso, a autora pontua:

Historicamente, quando o ser humano não consegue explicar ou compreender pessoas reais que a lógica humana não explica, surge o medo do novo, e, é nesse momento em que surgem os mitos, na tentativa de explicar o que não se conhece. Desde o Renascimento, [...] os gênios da época já eram alvo dos mitos que a sociedade criava para essas pessoas por sentirem inveja e, conseqüentemente, tentar agredi-los, não reconhecendo a necessidade de suas reais desvantagens. As pessoas com Altas Habilidades/Superdotação são rodeadas por inverdades que ofuscam suas necessidades, seu atendimento, inclusive questiona-se essa necessidade, (MELLO, 2014, p. 39-40).

A conclusão oferecida por Mello (2014) para iniciar uma linha de pensamento em prol da mudança desta realidade baseia-se em uma ação: buscar conhecimento. A autora corrobora com a ideia de que o conhecimento é o maior recurso no combate contra as injustiças sociais, e é apenas esta ferramenta que permite ao indivíduo desenvolver-se de forma positiva.

Araújo et al. (2016), também corrobora com Mello (2014), e em sua pesquisa de campo em escolas que possuem alunos com altas habilidades/superdotação em seu quadro estudante, I concluiu que ainda falta muito em relação à estrutura que estes alunos necessitam. A mesma afirma:

Nesse contexto, a escola [...] precisa investir em ações educativas de enriquecimento curricular através da promoção de projetos interdisciplinares e interinstitucionais, para que os alunos indicados nessa pesquisa possam aperfeiçoar seus talentos e habilidades, assim como, especializar-se nos campos de saber/fazer que tenham maior habilidade e interesse, (ARAÚJO; et al., 2016, p. 206).

Para a autora, o primeiro passo para conseguir atingir tais objetivos deve ser tomado pelos funcionários escolares, em especial, os profissionais docentes, tanto os da educação inclusiva quanto os da educação regular. A formação continuada, e a busca de informações na atualidade escolar, não são apenas um ponto positivo para os educadores, mas agora, tal ação é vista como uma necessidade para exercer seu ofício.

Ainda sobre a falta de preparo dos profissionais docentes, percebe-se:

[...] Mas, falando especificamente das dificuldades no processo de inclusão escolar do aluno com AH/S, a ausência de preparo/formação continuada dos profissionais da escola [...] Ficou evidente que é necessário reavaliar a formação do professor sobre esse enfoque de incluir o aluno com AH/S em escola ribeirinha da Amazônia, sendo necessário discutir, formar, refletir e construir uma nova postura não somente de professor, mas, principalmente, de escola ribeirinha quanto ao processo de ensino-aprendizagem do aluno com AH/S, (FERREIRO, 2018, p. 135).

Vistos os riscos causados pela falta de preparo da comunidade escolar, em relação ao recebimento e trabalho com alunos AH/SD, como por exemplo, não desenvolver os alunos de acordo com suas necessidades, conclui-se que é necessário repensar a formação dos professores em relação à inclusão escolar, e acima disso, repensar este currículo sobre a inclusão para que estes profissionais possam reconhecer o quão essencial é tal movimento para a educação e a sociedade de forma geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tem como objetivo caracterizar as crianças com altas habilidades/superdotação (AH/SD) e exemplificar os desafios de trabalhar com estes alunos nos anos iniciais da Educação Básica, para a partir daí, refletir sobre como a comunidade escolar pode contribuir para um melhor desenvolvimento destas crianças.

A criança deve ser compreendida como um ser pensante, capaz de desenvolver-se e assim evoluir com suas experiências. Foi apreendido que nem sempre indivíduos com altas habilidades/superdotação foram vistos desta forma, e isso é uma das justificativas para ainda não haver a quantidade suficiente de obras para que não haja dúvidas em relação à pluralidade na qual seu cognitivo pode se desenvolver.

Desta forma, compreende-se que, o diálogo acerca dos alunos com altas habilidades/superdotação (AH/SD) é recente, o que faz com que ainda haja algumas dúvidas e entendimentos errôneos sobre como se analisar e sobre como se trabalhar com estas crianças.

Entende-se que, ainda existem muitos desafios a serem superados para que as crianças com altas habilidades/superdotação (AH/SD) tenham a possibilidade de se desenvolver da melhor forma possível, e isso sem afetar nenhuma outra área de sua vida, como por exemplo, a sociabilidade.

Mostra-se necessário que os professores e professoras dos primeiros anos da Educação Básica assumam a reflexão como base de trabalho, em prol de conscientizar a comunidade escolar, para que todos conheçam estes alunos e também para que se extinga ou diminuam as noções erradas que prejudicam o desenvolvimento das crianças com AH/SD.

Conclui-se que, falar sobre possibilidades de melhoria na compreensão e também no aprendizado de alunos com altas habilidades/superdotação faz-se necessário para que possa ser oferecida equidade nas salas de aula, sem tornar invisível nenhum aluno, independente se o mesmo possui alguma facilidade ou não. Com este melhor desenvolvimento, no futuro tenderá a se desenvolver de forma mais justa para todos.

Compreendemos este estudo como sendo de assunto complexo e de continuidade. Assim as pesquisas acerca dos alunos com altas habilidades/superdotação podem e devem ser crescentes em prol do enriquecimento das bases científicas.

Portanto, fica aqui registrada a possibilidade de algumas pesquisas sobre o tema: como melhorar a sociabilidade do aluno com AH/SD no Ensino Fundamental, e também, a importância da família na escola para um trabalho em conjunto com os professores e professoras.

ABSTRACT: The work intends to understand and characterize the children with high abilities / giftedness (AH / SD), relating to what are the challenges of working with these students in the initial years of the Basic Education. The article was built on a narrative review research base, which assumed the following authors as central: Alencar and Fleith (2001), Brazil (2001), Branco et al (2017), Mello (2014), Nunes (2013), Piaget (1973) and Silva et al. (2016). The results indicate that students with (AH / SD) have as their main characteristic cognitive acceleration, which makes them often misunderstood in school environments. It is understood that to work positively with these students, teachers must be in constant pursuit of knowledge and continuing education.

KEYWORDS: Pedagogy. Child education. High Skills. Giftedness.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice; FLEITH, Denise. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento**. 2ª edição. São Paulo: EPU, 2001.

ARAÚJO, Maria Isabel de; et al. **Alunos com altas habilidades/superdotação no Ensino Fundamental (5º ao 9º ano) de uma escola pública mineira: identificação e encaminhamentos**. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/45389>>. Acesso em: 30 set de 2019.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; et al. **Breve histórico acerca das altas habilidades/superdotação: políticas e instrumentos para a identificação**. 2017. Disponível em: <<http://www.ppgees.ufscar.br/documentos/breve-historico-artigo>>. Acesso em 20 set 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica**. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 13 set 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>. Acesso em: 15 set de 2019.

BRASIL, Secretaria da Educação Especial. **Adaptações curriculares em ação: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com Altas habilidades/Superdotação**. Brasília: MEC; SEESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 24 set 2019.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão:** desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; et al. **Definição de Superdotação/Altas Habilidades (SD/AH).** 2017. Disponível em: http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/68/Defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20Superdota%C3%A7%C3%A3o_PDF.pdf. Acesso em: 26 out 2019.

DAURIO, S. P. **Educational enrichment versus acceleration:** A review of the literature. *Educating the gifted: Acceleration and enrichment*, 1979.

ENFERM, Acta Paul. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf>. Acesso em 27 out 2019.

FERREIRA, José Adnilton Oliveira. **Inclusão escolar? O aluno com altas habilidades/superdotação em escola ribeirinha na Amazônia.** 2018. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/4561.pdf. Acesso em: 30 set de 2019.

GUENTHER, Zenita C. **Aceleração, ritmo de produção e trajetória escolar:** desenvolvendo o talento acadêmico. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/cauuu/Downloads/810-2836-1-PB.pdf>. Acesso em 25 out 2019.

LIMA, Denise Maria de Matos Pereira. **A identificação e inclusão do aluno com altas habilidades/superdotação na rede pública de ensino do estado do Paraná:** orientação para os professores. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1075-2.pdf>. Acesso em 13 set 2019.

MARTINS, Bárbara Amaral; et al. **Identificação de características de altas habilidades/superdotação apresentadas por alunos matriculados em escolas de ensino regular.** 2012. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/papah/identificacao_ah-sd.pdf>. Acesso em 10 set 2019.

MELLO, Suzana Lofiego. **Práticas inclusivas na escola: conhecendo altas habilidades/superdotação.** 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-paranagua_ped_pdp_suzana_lofiego_mello.pdf>. Acesso em: 30 set de 2019.

NUNES, Renato. **Desenvolvimento Cognitivo da Criança.** 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/renato_nunes/files/2013/11/Desenvolvimento-Cognitivo-da-Crian%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 15 set 2019.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PRIBERAM. **Dicionário de língua portuguesa.** 1990. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/cognitivo>>. Acesso em: 15 set 2019.

SILVA, Edvânia dos Santos; et al. **O desenvolvimento cognitivo infantil sob a ótica de Jean Piaget.** 2016. Disponível em: <<https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc9-6.pdf>>. Acesso em 20 set 2019.